

Ata da 15ª Sessão Ordinária no 1º Período do 24º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 24 de maio de 2016.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezesseis, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Décima Quinta Sessão Ordinária no Primeiro Período do Vigésimo Quarto Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** pediu ao Segundo Secretário que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se a presença de todos. Logo após, colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: PROJETO DE LEI: - n.º **1.150/16**, de autoria do Vereador **Claudio Vicente Vilar**; REQUERIMENTOS: - n.º **021/16**, de autoria do ver. **Max Alexandre Felizardo Castro**; - n.º **022/16**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; INDICAÇÕES: - n.ºs **250, 251, 252, 253, 254 e 255/16**, de autoria do ver. **Max Alexandre Felizardo Castro**; - n.ºs **256, 257 e 258/16**, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.ºs **259, 260, 261, 262 e 263/16**, de autoria do ver. **Franklin Adriano Pereira**; - n.ºs **264, 265, 266, 267 e 268/16**, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**; - n.ºs **269, 270, 271 e 272/16**, de autoria do ver. **Claudio Vicente Vilar**; - n.ºs **273 e 274/16**, de autoria da ver. **Rizê da Silva Silvério**; - n.º **275/16**, de autoria do ver. **Oswaldo São Pedro Pereira**; COMUNICADO: - n.º **CM040279/2016**, do Ministério da Educação. Em seguida, o Sr. **Presidente** passou a palavra aos Srs. Vereadores. Com a **palavra**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia** iniciou suas palavras dizendo que gostaria de fazer uma denúncia, e perguntou a todos os nobres Vereadores que se faziam presentes se algum deles conhecia a empresa MV. Ato contínuo, explicitou aos nobres Edis e ao público presente que a empresa MV tinha contratos milionários com a Prefeitura de Guapimirim, informando que só de banheiro químico eram mais de quinhentos, e direcionando a fala ao Sr. Presidente, asseverou que daquele jeito eles não podiam ficar. Dando continuidade, disse que o mais interessante era que o dono da referida empresa era o Sr. Marlon Vivas Cabral, atual Secretário de Obras, o qual viria como pré-candidato a Vice-Prefeito. Contou que aquela empresa se encontrava em nomes de laranjas, mas que o responsável era o Marlon, reiterando que não poderia deixar que tal situação passasse em branco. Como justificativa, o Ver. Fernando disse que tudo aquilo havia pesado muito na sua consciência e o povo de Guapimirim tinha de saber a verdade, haja vista que concorreria novamente às eleições e a arma do voto estava nas mãos do povo, o qual deveria pedir orientação a Deus, porque depois não adiantava reclamar. Falou que tinha outras declarações a fazer e, complementando, revelou que aquele mesmo cidadão, o Sr. Marlon Vivas, no ano de dois mil e onze, quando fora Vereador naquela Casa de Leis, desviara de sua ONG Zumbi dos Palmares mais de duzentos mil

reais, deduzindo que ele, Marlon, era tão covarde que havia colocado a própria sobrinha como responsável por aquele problema. Todavia, nos autos da ação que tramitava na Justiça restava evidenciado que ele era o autor de todo aquele desmando. Em seguida, em posse de uma declaração assinada pelo Sr. Marlon, passou à leitura da mesma para que todos pudessem se inteirar de seu teor: “Declaro para os devidos fins que a Instituição e Associação Educacional Assistencial Zumbi dos Palmares de Guapimirim vem desenvolvendo, no município de Guapimirim, as exigências há cerca de oito anos de trabalho direcionada à ação social no meio ambiente, bem como projetos sociais de capacitação e qualificação das pessoas, sendo este desenvolvido por pessoas devidamente qualificadas e habilitadas para as funções.” Assim, disse que a assinatura de quem estava aprovando aquilo era do Sr. Marcelo Prado Emerick, o Marcelo do Queijo, que, na época, era o Presidente daquela Casa, na qual deixara com um rombo de mais de seiscentos mil reais. Assinalou que o atual coordenador da campanha do mencionado pré-candidato a Prefeito era o Sr. Marcelo do Queijo, enfatizando que não poderia compactuar e caminhar com aquelas pessoas do modo que as coisas estavam se operando. Falou que Sua Excelência, o Sr. Presidente, sabia que ele, Ver. Fernando, nunca havia sido contra o governo, e mesmo com todas as “pancadas” que tomara sempre se mostrara firme, mas que em determinado momento a venda dos olhos tinha de ser retirada. Sendo assim, não poderia permanecer naquela situação, pois quando ele havia percebido, estava caminhando em direção contrária; porém, era ao lado do povo que ele queria ficar. Em seguida, exibiu um processo da operação “Os Intocáveis” e disse que o seu advogado, o Dr. Ricardo da Silva Pereira, que fazia parte daqueles autos, logo, não poderia deixar de mencionar o nome dele, o qual estava ao seu lado naquela guerra. Disse que última sexta-feira dera entrada em requerimentos na Secretaria de Educação do município, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos e na Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer. Falou que lia apenas um trecho do requerimento, pois não queria exceder o tempo destinado à fala dos demais Vereadores: “o presente requerimento tem como objetivo a tomada de providências, no sentido de obrigar o Secretário de Turismo Esporte e Lazer do município de Guapimirim, no cumprimento do princípio Constitucional da publicidade, no que tange à efetivação da transparência na gestão financeira e orçamentária da Administração Pública, pois desde a nomeação da Secretária de Turismo Esporte e Lazer, Sr^a Marina Pereira da Rocha, que se licenciou para ser candidata a Prefeita deste município, este Vereador não consegue exercer o seu papel fiscalizador das contas desta Secretaria, pois o portal da transparência do município de Guapimirim não vem sendo alimentado continuamente com as informações em sítio eletrônico, assim como também não vem informando os gastos para a Câmara Municipal”. Após a leitura, o nobre Edil disse ao Sr. Presidente que não podia ficar inerte frente àqueles acontecimentos, e pediu aos nobres colegas Vereadores para que ajudassem o município, já que o desejo de todos era um futuro melhor para Guapimirim. Em relação à Saúde do município, disse que na sua

condição de Vereador ficava até com a consciência pesada em saber que o hospital de Guapimirim, dias atrás, não tinha um esparadrapo; também que o Posto de Saúde João Arruda, igualmente, não dispunha de uma dipirona. Exemplificou dizendo que uma criança, em sua casa, com um braço e a clavícula quebrados, não podia ser atendida porque o raio-x estava quebrado. Assim sendo, enfatizou que não podia ficar omissos àquela situação, esclarecendo que a Saúde, junto com a Prefeitura de Guapimirim, mantinha um contrato com a ESPIGMEG (empresa que apenas alterou o seu nome, e que estava nos autos do processo referente aos “Intocáveis”) no valor de quatro milhões e setenta e três mil reais. Por tais razões, confirmou que na próxima sexta-feira iria, juntamente com o Dr. Ricardo, ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal para entregar todos aqueles requerimentos e, assim, efetivar sua denúncia. Ressaltou que o povo de Guapimirim podia contar com o Vereador Fernando Cambota e que a luta dele era pelo povo, pois não adiantava o Fernando Cambota se dar bem e o povo de Guapimirim padecer e ficar na “lona”. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e concordou com o que Sua Excelência dissera, ou seja, que era o povo de Guapimirim que ganhava com aquela atitude. Destacou que era com muita tristeza também que ele vinha observando o posicionamento daquele desgoverno com relação à Saúde do município, onde cirurgias foram suspensas por falta de material básico. Então, parabenizou o nobre Edil pela sua postura e disse que era com muita tristeza que via um cidadão que passara por aquela Casa de Leis, o Sr. Marcelo do Queijo, deixando aquele rombo de seiscentos e vinte e três mil reais naquela Casa, e que estava participando atualmente daquele desgoverno. Expressou a sua imensa tristeza, pois era o povo quem deveria ser o maior beneficiado e, não, aquele tipo de pessoa. Com a **palavra**, o Vereador **Oswaldo São Pedro Pereira** deu início à sua fala comentando sobre a Indicação que fizera referente à redução na taxa de iluminação pública, porque Guapimirim era um lugar que se reclamava muito por falta de emprego, e a verdade era que havia algumas indústrias querendo investir na cidade, mas uma das coisas que atrapalhavam era a alta taxa de iluminação pública no município. Disse que trabalhara durante vinte e um anos na indústria Klabin, a qual tinha uma taxa de iluminação muito alta, e informou que vinha analisando havia algum tempo aquele problema, e, também, que o Frank Matos o ajudara bastante naquele projeto. Então, comunicou que estavam fazendo aquela reivindicação com o governo, a fim de que pudessem ajudar as empresas, e que inclusive a Papéis Guapi, antiga Klabin, estava prevendo um investimento no município; logo, destacou que a redução da taxa de energia seria uma maneira de acelerar tal investimento, o que certamente resultaria na geração de mais empregos para a cidade. A seguir, abordou a questão da Saúde no município, dizendo que estivera, no dia anterior, reunido com o novo Secretário de Saúde, Dr. Mário, e que numa conversa informal o mesmo lhe informara que já tinham recebido o filme para a máquina de raio-x, e também que os medicamentos já estavam chegando ao hospital. Falou que outras situações precisavam ser revistas,

porém, enfatizou que o Secretário tinha assumido aquela Pasta no dia anterior, e imediatamente começara a trabalhar. Sobre o Dr. Mário, novo Secretário de Saúde, afirmou que era pessoa que tinha compromisso com a Saúde do município, e estava brigando para que os serviços voltassem a ser prestados adequadamente, porque todos dependiam da saúde pública do município, a qual precisava funcionar de maneira apropriada. Ressaltou que o Dr. Mário havia sido uma boa escolha e que o mesmo assumira a Pasta em um momento difícil, mas já estava trabalhando desde o sábado e reivindicando algumas ações, tendo garantido que até a próxima semana as cirurgias que foram suspensas voltariam a ser realizadas, pois havia chegado o material que precisavam. Assim, deduziu que mais um passo foi dado para a melhora da Saúde no município. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e que em relação à questão de empregos, assunto abordado por Sua Excelência, o ilustre Presidente disse que sabia de sua luta profissional e da sua preocupação com o município, logo, novamente o parabenizou por aquela atitude. Após, disse que conhecia bem o Dr. Mário, o qual considerava um grande profissional, e tinha a certeza de que o município só tinha a ganhar, asseverando que a Saúde vinha se arrastando por falta de gestão, e lembrou que a Educação, que anteriormente estava na mesma situação, com a Vereadora Rizê havia se transformado. Assim, assegurou que eles não colocavam o interesse individual acima do coletivo, e que torciam para que a Saúde realmente voltasse a funcionar. Salientou, em seguida, que determinado fato tinha chamado a sua atenção causando-lhe muita estranheza e tristeza, pois apesar de o município contar com grandes profissionais, o Executivo trouxera para a gestão do município um cidadão que havia deixado um rombo de mais de seiscentos e vinte e três mil reais naquela Casa Legislativa, o que certamente resultaria num rastro muito maior do que aquele. Disse que tinha certeza do que iria acontecer porque a ineficiência administrativa daquela pessoa já fora comprovada anteriormente, logo, ratificou que era com muita tristeza que via tal posicionamento do Prefeito Marcos Aurélio. No entanto, apontou que existiram decisões acertadas, tais como a nomeação da Ver. Rizê e, no momento, com aquela nova missão atribuída ao Dr. Mário, o qual era um excelente profissional e um grande homem. Com a **palavra**, a Vereadora **Rizê da Silva Silvério** iniciou suas palavras registrando seu total apoio ao Dr. Mário, novo Secretário de Saúde do município, que em um ato de coragem, porque tinha que ter coragem para assumir aquela Pasta repleta de problemas, e pediu a Deus para abençoá-lo e que ele fosse forte e firme na condução da Secretaria. Explicou que quando se assumia uma Pasta complicada, agradavam-se uns e desagradavam outros, mas que tudo aquilo era inerente à gestão, e que se o fato de desagradar alguns se fazia necessário para o bom andamento dos trabalhos e para o bem da população, então, deveria ser feito. Desejou que o atual Secretário conseguisse, com a habitual sabedoria, atingir um grande sucesso à frente da Pasta da Saúde. Em seguida, a Vereadora Rizê falou sobre duas Indicações apresentadas por ela naquele dia, sendo que uma delas,

solicitava que o Executivo a encaminhasse à Secretaria Municipal de Educação, a qual tinha plenas condições de realizar a mencionada Indicação, uma vez que se referia à “inclusão e capacitação de jovens e adultos no mercado de trabalho no município de Guapimirim”. Dando continuidade, argumentou que todos sabiam que eram demasiadamente altos os índices de evasão escolar, violência e desemprego no município naquela faixa dos jovens e adultos, e ressaltou que ela, Ver. Rizê, como educadora, sempre havia trabalhado em prol das crianças, cuja abrangência era a faixa etária dos bem pequenos. Afirmou que o Sr. Presidente era um defensor dos projetos voltados para a terceira idade, na melhor idade, porém, ressaltou que existia uma lacuna perigosa no município que dizia respeito aos jovens, alertando que estavam perdendo os jovens absurdamente, tanto que os mesmos estavam se evadindo das escolas municipais. Disse que, principalmente, os alunos do segundo segmento do ensino fundamental, que compreendia ao período do sexto ao nono ano, havia uma matrícula inicial excelente; todavia, quando o jovem saía do nono ano, se dava de forma desastrosa. Assim, concluiu que aquela Indicação justificava-se pela necessidade de se enfrentar a violência e a evasão escolar e, em especial, o segundo segmento dos alunos da rede pública de ensino, bem como os jovens e adultos do município, promovendo oportunidades de qualificação profissional por meio das instituições qualificadas, com vistas a proporcionar a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Continuou dizendo que todos sabiam o quanto o município era falho e ineficiente em relação ao emprego, mas que, minimamente, eles pudessem dar condições àqueles jovens e adultos de disputarem vagas de empregos onde eles quisessem. Assim, disse que queria defender e pedir carinhosamente e com responsabilidade, que o Executivo do município encaminhasse aquela Indicação à Secretaria Municipal de Educação e, também, que eles pudessem incentivar o novo Secretário, a fim de que ele acompanhasse mais de perto aquela questão e que lutasse e perseverasse para a conquista daquele projeto, haja vista que o pleito deles ainda não havia terminado; assim, iriam até o dia trinta e um de dezembro trabalhando. Quanto à outra Indicação de sua autoria, explicou que a educação no Brasil era cada vez mais inclusiva ou, pelo menos, deveria ser, e que não bastava a educação municipal e estadual. Salientou que não era dever somente deles ter em seus quadros profissionais que incluíssem os seus jovens e os seus alunos, razão pela qual gostaria que fosse possível formar e capacitar os professores da rede municipal pública de ensino, os guardas municipais, a defesa civil, os agentes de endemias, os inspetores escolares na linguagem dos sinais, isto é, em libras, assegurando, assim, a inclusão definitiva no município como um todo. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou a nobre Edil por suas palavras e disse que o nome daquilo era comprometimento, ressaltando a diferença que tal atitude fazia. Explanou que se aquele Governo dispusesse de pessoas comprometidas como Sua Excelência tinha certeza de que eles não estariam no fundo do poço como o município estava. Então, mais uma vez parabenizou a Vereadora, dizendo que tinha consciência de que ela

lutava muito pela Educação, já que era professora também. Assim sendo, deixou um pedido à nobre Edil, no caso, para que ela olhasse com carinho a ronda escolar, que fora uma Indicação feita por ele, Sr. Presidente, naquele Parlamento, e que por questões pessoais o Governo estava tentando abolir tal serviço. Esclareceu que fora uma Indicação que havia dado certo e que funcionava, informando que os profissionais da ronda escolar, integrantes da Guarda Municipal, vinham se qualificando e frequentando cursos com o objetivo de trazer um pouco mais de qualidade e segurança no âmbito da educação. Então, reiterou o pedido para que a Ver. Rizê pudesse olhar com carinho e ajudá-lo naquela luta para manter a ronda escolar, porque os maiores beneficiados eram os alunos e os seus pais, asseverando que não podiam deixar as questões pessoais se sobreporem ao interesse coletivo. Em **aparte**, a Vereadora **Rizê da Silva Silvério** assinalou que fora oportuno o Sr. Presidente citar acerca da ronda escolar, e aproveitou para dizer que gostaria de deixar os seus sinceros agradecimentos aos profissionais responsáveis pela ronda escolar, que vinham sendo de fundamental valor para eles. Explicitou que a Secretaria possuía unidades escolares localizadas em áreas difíceis de se trabalhar, onde deveriam dar total segurança aos alunos, ainda que fosse dos portões da escola para dentro, mas era óbvio que tentavam de alguma maneira estender aquela segurança. Então, direcionando sua fala ao Sr. Presidente, disse que com certeza estaria junto em defesa daquela ronda, a qual considerava de total valia. Acrescentou dizendo que, em relação à sua Indicação, gostaria que o pólo do projeto fosse localizado no Segundo Distrito, pois se tratava de uma área muito complicada, onde estavam perdendo alunos para o tráfico. Disse que o seu desejo era que pudessem propiciar uma melhor oportunidade àqueles jovens de frequentarem um outro ambiente. Logo, deveriam eivar todos os esforços, no sentido de fazer com que o jovem estudasse no horário regular de escola e, após, frequentassem um curso cuja característica o atraísse, razão pela qual era uma ação a ser estudada com muita responsabilidade. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** reiterou que os interesses pessoais não podiam se sobrepor ao coletivo, e pediu a Sua Excelência que o ajudasse naquele sentido. Com a **palavra**, o Vereador **Oswaldo São Pedro Pereira** deu início à sua fala parabenizando a Vereadora Rizê pela Indicação que fizera, e também por estar avocando aquela responsabilidade para a educação do município. Ressaltou que a qualificação da mão-de-obra era um passo fundamental para realmente retirarem os jovens das drogas e das ruas. Disse que ele próprio vinha daquela formação e sabia o quanto era importante na vida de cada um, salientando que apesar de não garantir empregabilidade, certamente contribuiria para agregar conhecimento a cada um dos jovens, e, assim, possibilitar que o mesmo pleiteasse uma vaga de emprego. Agradeceu ao 34º Batalhão da Segunda Companhia do município, que na última sexta-feira atendera a uma ocorrência solicitada por ele, Ver. Oswaldo. Contou que morava no mesmo lugar havia quarenta e dois anos e que tentaram assaltá-lo na porta da sua casa, sendo que sempre fora uma pessoa que vivia tranquilamente, mas que infelizmente, nos dias

atuais, a cidade encontrava-se cercada de pessoas que estavam migrando de outros lugares e prejudicando a segurança do município. Registrou que o Ver. Alcione estivera no local prestando-lhe solidariedade. Continuando, disse que gostaria de fazer um pedido aos Vereadores, porque tinha a certeza de que cada um deles podia recorrer a um Deputado Estadual e Deputado Federal e pedir que eles os ajudassem, visto que a polícia da cidade estava com apenas duas viaturas para dar assistência a quase sessenta mil moradores no município. Enfatizou que aquela Casa sempre se preocupava com a segurança, inclusive, tinha promovido o “Fórum de Segurança”, além de ter realizado Emendas ao Orçamento para colocação de câmeras de monitoramento na cidade. Ressaltou a importância do pedido, tendo em vista que eles eram pessoas que sempre trabalharam e, atualmente, estavam presos dentro das suas casas e, os ladrões, do lado de fora. Indignado, expressou que tudo aquilo era muito triste, pois se preocupava com a segurança da cidade e, principalmente, com a dos filhos deles, porque no momento em que ele saía do portão da sua casa, o seu filho vinha saindo e, logo atrás, ele, Ver. Osvaldo, fora abordado por dois indivíduos. Relatou que estava com um amigo no interior do automóvel, o qual, percebendo a aproximação dos estranhos, e numa atitude reflexa, havia arrancado com o carro, enfatizando que a sua preocupação naquele momento era com a sua família, a qual se encontrava dentro de casa. Falou que na verdade se tratava de dois adolescentes, o que corroborava com a opinião de que eles precisavam investir em seus jovens para que os mesmos pudessem ter uma opção, muito embora nada justificasse a ação de roubar ou matar, todavia deveriam mostrar o diferencial. Assim sendo, reiterou o pedido dizendo que não era responsabilidade apenas dos Vereadores, mas, sim, de toda a sociedade e das pessoas que professavam sua fé religiosa e que buscavam afastar a juventude das drogas. Salientou que o município deles era um local pacato, e voltou a dizer que sempre mantivera o portão da sua casa aberto, e mesmo às dez horas da noite ficava do lado de fora conversando com os seus filhos, o que poderia ser confirmado pelo Ver. Alcione, que era seu vizinho. Asseverou que era muito preocupante quando presenciavam determinada situação, e que atualmente sua casa estava repleta de grades, como numa prisão, e os bandidos livres, do lado de fora, afirmando que aquilo era inadmissível. Falou que outras pessoas também já passaram por dificuldade, inclusive a própria Ver. Rizê. Complementando, explicou que a sua esposa trabalhava em uma área que sofria assaltos constantes, e também os funcionários estavam sendo assaltados no município, principalmente, com roubos de celulares. Ressaltou, então, que não podiam mais aceitar aquela criminalidade, pois eram pessoas de bem e trabalhadores que estavam sendo prejudicados, como ele, Ver. Osvaldo, o qual trabalhava desde os sete anos de idade e atualmente encontrava-se preso dentro da sua casa com medo de sair por conta de pessoas de má índole que estavam vindo para a cidade deles. Diante da gravidade da situação, pediu a cada Vereador para que unissem as suas forças, com os seus respectivos Deputados, e fizessem um pedido ao Secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, em

especial, o Vereador Franklin e o Sr. Presidente, os quais eram policiais militares e sabiam o melhor caminho para efetivar as ações, a fim de que pudessem ajudar a polícia do município. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** reforçou o pedido à Vereadora Rizê acerca da ronda escolar, informando que a referida ronda contava com seis homens e duas viaturas, mas que atualmente havia apenas um profissional, o qual ficava de sobreaviso para atuar; assim, destacou a importância da ronda escolar, afirmando que aquele trabalho estava sendo muito positivo. Após, comentando sobre a fala do Ver. Osvaldo, disse que o nome que se dava àquela atitude era comprometimento, e que faltavam políticas públicas direcionadas naquele sentido. Explicitou que fizeram mais de cem Indicações e Emendas naquela Casa e que ele, particularmente, elaborara setenta e dois projetos, Emendas e Indicações com relação à segurança pública, sendo que nenhuma havia sido executada pelo Poder Público Municipal. Esclareceu que se tivessem atendido a pelo menos um terço das Indicações, tinha a certeza que a população de Guapimirim sairia ganhando; no entanto, mais uma vez, o interesse individual sobrepujasse ao interesse coletivo, restando, assim, que eles ficassem com a indignação e a tristeza de ver o Executivo municipal não se preocupando com a população de Guapimirim e, sim, com o interesse de cada um que estava do lado de lá. Falou que aquilo os entristeciam muito, e que só precisava ter comprometimento e boa vontade. O ilustre Presidente alegou que o Centro de Monitoramento apresentava um custo muito baixo para o município e, em contrapartida, o benefício seria muito grande; logo, cabia ao Executivo municipal tomar a responsabilidade do projeto e executá-lo. Disse que era mais fácil imputar aquela responsabilidade ao governo do Estado, mas ressaltou que o poder público Municipal poderia contribuir diretamente com a Segurança Pública no âmbito municipal. E, no momento, com o advento da Lei 13.022, no caso, o Estatuto da Guarda Municipal, o Estatuto Geral, também iria trazer essa facilidade, pois transformaria o agente público da Guarda Municipal em Agente de Segurança. Então, defendeu a concepção de que cabia, sim, ao Poder Público Municipal zelar pela segurança do município, e que se deveria parar de disseminar a ideia de que a mesma era responsabilidade do Estado, uma vez que tanto o município quanto todos ali presentes eram responsáveis. Com a **palavra**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** iniciou suas palavras agradecendo a Deus por estarem presentes naquela Sessão Legislativa. Em seguida, disse que primeiramente gostaria de falar a respeito da Ampla, sobre a reforma que estava sendo realizada no prédio onde era atendida a população de Guapimirim, agradecendo a Deus por seus pedidos estarem sendo atendidos, haja vista as péssimas condições a que a população da cidade era submetida quando precisava utilizar os serviços da concessionária. Quanto aos problemas identificados no bairro da Barreira, informou que lá os serviços também estavam sendo executados pela empresa de energia, logo, proporcionando melhores condições aos usuários. O nobre Edil ressaltou que aquilo era fruto dos trabalhos, e enfatizou que não iria agradecer e nem parabenizar a Ampla,

porque fornecer um serviço de qualidade ao cidadão era obrigação deles, já que a concessionária recebia dinheiro do município. Quanto a determinados assuntos que foram citados em plenário anteriormente, falou que ele, Ver. Max, como Vereador do PSDB não podia deixar passar em branco, em especial, no tocante à coordenação da pré-candidata à Prefeitura, Marina. Afirmou que o coordenador da campanha da pré-candidata era o Sr. Alberto Fares, e até que provassem o contrário era ele, complementado que fora o Sr. Alberto que estivera naquela Casa Legislativa e lhe convidara, pessoalmente, para ingressar no PSDB, e disse também que era o Hudson quem cuidava do Marketing. Contou que aquelas eram as pessoas que vinham se comunicando com o Ver. Max, do PSDB, juntamente com a Vereadora Rizê. Acrescentou que as conversas eram realizadas no Diretório do PSDB, localizado próximo ao Cartório de Guapimirim, na rua da Igreja Católica. Salientou que com relação ao Marcelo, o qual fora citado pelo nobre Edil, ele, Ver. Max, não sabia o cargo ou função que ocupava ou não na Prefeitura de Guapimirim, ou em alguma Coordenação. No entanto, em referência ao PSDB e ao Ver. Max, tinha sido o Sr. Alberto Fares quem fizera o convite, e esclareceu que estava falando do caso em questão porque conhecia todas as pessoas que eram filiadas no PSDB, como, por exemplo, a Vereadora Rizê. Ademais, estava ali presente o Presidente do PPS e, salvo engano, o Marcelo era filiado ao PPS, partido com o qual ele fazia reuniões, mas com relação à sua pré-candidata, ele, Ver. Max, nunca participara de quaisquer reuniões em que o Marcelo estivesse presente. Em **aparte**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia** assegurou ao Vereador Max não tinha medo de ameaça e que era um homem que quando começava algo ia até o final, afirmando que o Sr. Presidente o conhecia havia vinte anos e que ele não tinha medo nem de “A” e nem de “B”. Então, falou que citara aquele cidadão, cujo nome não iria repetir, porque o mesmo havia lhe telefonado e que tinha a ligação dele gravada em seu telefone e também no whatsapp; todavia, ele, Ver. Fernando, não fazia negócio e nem trato com bandido, e que não podia tratar uma eleição sem ter uma campanha limpa. Sustentou que gostaria de ajudar o Governo, mesmo com toda dificuldade, mas não tinha como prosseguir com aquele senhor fazendo parte do Governo. Explicou que não estava colocando em dúvida com quem Sua Excelência, o Ver. Max, estava tratando em relação às eleições, mas que com ele, Ver. Fernando, e também com outras pessoas, aquele cidadão estava ligando e tratando, e que, inclusive, existia ordem dele no Posto João Arruda “travando” o acesso de pessoas. Falou que aquilo era uma “sacanagem” e que estavam brincando com o município deles, pois se tratava de um homem que estava envolvido nos autos dos processos e que estava preso em razão de liminar Judicial, enfatizando que tudo aquilo era uma vergonha, portanto, não adiantava o que fizessem, ele, Ver. Fernando, não iria se calar. **Continuando**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** disse que parabenizava o Vereador, até porque viviam em um país livre, ou seja, num estado democrático de direito, e que tinha a certeza de que o Vereador Fernando jamais ficaria calado. A seguir, disse que em sua fala

o Ver. Fernando ratificara tudo que ele, Ver. Max, dissera, isto é, que a pessoa citada não fazia parte do PSDB e não era coordenador do PSDB, afirmando que o Partido desconhecia aquela coordenação, já que tratava diretamente com o Sr. Alberto Fares e com o Sr. Hudson. Sobre a ligação a que o Vereador havia se referido, argumentou não saber se o assunto tratado era em nível de campanha ou governabilidade, mas que ele, Ver. Max, tinha falado apenas em relação ao seu partido, o PSDB, o qual promovia reuniões mensais com o professor Ivan Coutinho, que era uma pessoa de total crédito no município de Guapimirim, com a Vereadora Rizê, que era professora, também de total credibilidade, assim como o empresário Levi da Serrana e o Dr. Wagner Campos. Reiterou que em nenhuma das reuniões houvera a presença daquela pessoa. Voltando à questão da denúncia feita pelo Vereador Fernando, perguntou-lhe se sabia precisar o ano em que fora prestado o serviço pela empresa MV à Prefeitura de Guapimirim, até porque eles, como vereadores e fiscalizadores, tomaram conhecimento de tudo aquilo que fora explanado ali e, portanto, deveriam agir. Em **aparte**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia** respondeu que se Sua Excelência quisesse saber de algo a mais, que o nobre Edil procurasse o Ministério Público, órgão onde iria protocolar todas aquelas informações, e que cabia ao Promotor de Justiça fornecer os dados solicitados. Disse que quem falava pouco ganhava muito, e que ele falava em nome do povo, o qual reclamava da atual situação. **Continuando**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** disse que estava gostando de ver a atuação do Vereador Fernando, e pediu aos demais membros da Casa para que fizessem o mesmo. Assinalou que tudo que ocorresse de certo ou errado no município não era no Ministério Público que deveriam procurar saber, porque a obrigação de conhecer sobre as coisas erradas no município era do Vereador, o qual era eleito para fiscalizar e, não, para ficar perguntando ao Ministério Público sobre a existência de ilegalidade na gestão do município, haja vista que o Ministério Público não trabalhava para o Vereador. Explicou que sua pergunta relativa ao ano da prestação de serviço pela MV se dera, porque achava que havia sido em dois mil e quatorze. Em **aparte**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia** esclareceu que fora no ano de dois mil e quinze. **Continuando**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** agradeceu a informação do nobre Edil e disse que nunca era tarde para fiscalizar, mas que considerava estranho o fato de fiscalizar tardiamente, uma vez que o serviço fora prestado no ano de dois mil e quinze, como Sua Excelência acabara de declarar em Plenário, isto é, quando o nobre Edil já era Vereador. Então, realmente lhe causava estranheza que faltando quatro meses para uma eleição, o nobre Edil viesse falar em fiscalizar de um serviço prestado em dois mil e quinze, embora eles, Vereadores, tivessem sim a obrigação de fiscalizar. Ponderou que se o nobre Edil já era Vereador em dois mil e quinze, inclusive recebendo o seu salário pelo cargo, então, em sua opinião, já teria que estar atuando como Vereador e, não, procrastinar para dois mil e dezesseis. Continuou dizendo que se a empresa havia recebido pagamentos em dois mil e quinze, para prestar um serviço, o Vereador,

como funcionário do povo, o qual era remunerado pelos cofres públicos, tinha a obrigação de trabalhar, fiscalizar e prestar contas para a população. Enfatizou que iriam, sim, fazer a prestação de contas, todavia, entristecia-se pelo fato de fazê-lo somente no final de dois mil e dezesseis, uma vez que o serviço fora prestado no início de dois mil e quinze. Voltou a falar da importância de fiscalizar as contas do município e pediu aos nobres Edis que abraçassem aquela causa da fiscalização em Guapimirim. Em **aparte**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia**, em relação aos questionamentos levantados pelo Vereador Max, disse que ele, Ver. Fernando, era testemunha de quantas vezes a Sua Excelência, o Sr. Presidente, enviara requerimentos e, também, vários pedidos, os quais nunca foram respondidos. Complementou dizendo que estava desde o ano de dois mil e quatorze inerte, porque o Portal da Transparência não estava disponível, além de eles, da Administração, não falarem nada, não responderem às solicitações oficiais e, tampouco, respeitavam a função dos Vereadores, no caso, fiscalizar. Disse ao Vereador Max que não tinha nada contra a pessoa dele, mas que estava naquela Casa no seu direito de expor o que lhe cabia. Em **aparte**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** respondeu ao Vereador Fernando que aquilo era inerente à democracia, que cada um tinha a sua própria visão, e que a recíproca era verdadeira em relação ao nobre Edil. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** disse que gostaria de esclarecer certos pontos ao Vereador Max, por quem nutria carinho e admiração pelo seu desempenho como Vereador e parlamentar muito experiente, visto que tinha passado por aquela Casa diversas vezes. No entanto, ressaltou que não podiam deixar a população de lado, e que deveriam estar ao lado da mesma naquele momento tão difícil pela qual a Administração Pública estava atravessando. Salientou que existiam pessoas morrendo no hospital, além da falta de eficiência no serviço público, mas disse que só para fins de esclarecimentos a Sua Excelência, a fiscalização não estava se operando de forma tardia não, declarando que podia mostrar ao Vereador requerimentos feitos ao Poder Executivo desde dois mil e treze, os quais restaram indeferidos na sua totalidade. Portanto, comunicou que tais documentos estavam sendo encaminhados ao Ministério Público para que o referido Órgão pudesse ajudá-los naquele sentido. Ratificou que a Casa vinha fazendo a fiscalização, e ele, particularmente, apesar de se empenhar duramente todos aqueles anos passados, encontrava muita dificuldade em fiscalizar o Poder Executivo, em razão do posicionamento dos gestores. Então, naquele caso, pediu sim a Sua Excelência, Ver. Fernando, que os ajudasse naquele sentido, a fim de que pudessem realmente ter uma fiscalização mais efetiva por se tratar do Parlamento, de um ato Colegiado. Reiterou, então, que precisavam que a maioria dos pares daquela Casa se posicionasse a favor do povo, para que eles conseguissem fiscalizar com eficiência e eficácia. Deduziu, porém, que o Vereador não possuía a decisão monocrática, e que Sua Excelência sabia como era difícil ter qualquer requerimento respondido pelo Poder Executivo. Com a **palavra**, o Vereador **Claudio Vicente Vilar** deu início à sua fala agradecendo os companheiros que estiveram reunidos com o

Sr. Prefeito, na última semana, solicitando a troca do Secretário de Saúde. Assim, agradeceu ao seu amigo, Ver. Osvaldo, ao Ver. Max, ao Ver. Rosalvo e ao Ver. Franklin, os quais conseguiram convencer o Sr. Prefeito, de que eles necessitavam de uma mudança rápida, e que agradecia a Deus o fato de ele ter convidado o Dr. Mário para assumir a Pasta da Saúde. Assinalou que o Dr. Mário aceitara assumir o hospital em uma situação crítica, como era de conhecimento de todos, mas que não se tratava de falta de fiscalização, porque os Vereadores entravam naquele hospital e até na própria Secretaria de Educação. Dando sequência, contou que participaram de uma reunião com o Secretário de Educação, na qual se fazia presente também a professora e Vereadora Rizê, e disse que os Vereadores estavam tentando olhar e ajudar a população da mesma forma que precisavam ajudar a administração, explicando que aquilo não era tarefa fácil. Em seguida, informou a todos que ele, Vereador Magal, Claudio Vicente Vilar, era o Presidente do PPS, e enfatizou que seguiria o caminho que considerava melhor para Guapimirim, e que ninguém iria forçá-lo a caminhar com o Governo ou fora dele, mas que ele, Ver. Magal, sabia o que era melhor para Guapimirim e iria seguir aquela linha, asseverando que continuaria brigando e lutando pelo bem do município e da população. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras. Com a **palavra**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a administração do hospital de Guapimirim, porque tivera um problema pessoal com sua neta, a qual havia ficado internada durante uma semana. Lembrou que também a professora Rizê estivera internada no hospital e fora atendida. Após, comentou que no último final de semana tiveram um problema, pois um morador do Vale das Pedrinhas estava com seu pai internado no hospital de Magé, ou seja, jogado naquele hospital, e pedira socorro. Então, o Sr. Presidente conseguira transferi-lo para o hospital de Guapimirim, onde estava sendo muito bem atendido, motivo pelo qual, ele, o paciente, pedira para que agradecesse a Sua Excelência, o Sr. Presidente. Novamente agradeceu a Direção do Hospital e ao Dr. Rui, o qual vinha desempenhando e substituindo à altura a brilhante atuação da Ver. Rizê na Secretaria de Educação. Afirmou que as dificuldades eram muitas, e sabia que eles não iriam solucionar todos os problemas, mas que estavam lutando para resolvê-los ao máximo. Parabenizou o Vereador Cambota pela atitude tomada, apesar de concordar com o que dissera o Ver. Max quanto ao fato de eles, Vereadores, possuírem instrumentos para fiscalizar, portanto, considerava que recorrer ao Ministério Público demonstrava fraqueza do Parlamento. Novamente congratulou o Vereador, mas disse que lamentava a proximidade do período eleitoral, dizendo que gostaria que ele, Ver. Fernando, tivesse tal postura um ano ou seis meses antes. Acentuou, também, que não cabia a eles o julgamento e lembrou que havia pouco tempo ocorreram os impedimentos da Sr^a Ismeralda e do Sr. Marcel, mais conhecido como Marcel do Açogue, e que era um impedimento da Justiça; mas, no momento, eles podiam concorrer a um cargo público. Disse que todos os

envolvidos na chamada operação “Os Intocáveis” estavam soltos e vivendo a sua vida, então, como ele, Ver. Franklin, ficara por vinte e sete anos na Polícia Militar, entendia que se a Justiça estava encontrando dificuldades em condenar e manter aquelas pessoas presas e afastadas dos cargos públicos, era sinal de que nada havia sido provado. Diante do exposto, disse ao Vereador Fernando que esperava que ele pudesse provar aquelas denúncias, apesar de tardia e próxima ao período eleitoral. Ressaltou que o povo não podia ser manipulado e nem usado por questões políticas, enfatizando que aquela Casa era um Parlamento sério e vinha sendo conduzido com muita sabedoria pelo Presidente. Reiterou que o dever dos Vereadores era fiscalizar, o que faziam com sabedoria e inteligência. Em **aparte**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia** dirigiu sua fala ao Vereador Franklin esclarecendo que iria expressar uma pequena frase, no caso, “que nunca era tarde”. Disse que não havia citado genericamente as pessoas e, sim, um indivíduo específico, cujo processo a que respondia era criminal, pois o eleitoral era outro. Assegurou que não estava naquela Casa para ficar falando de “A” e “B”, mas sim da situação em que se encontrava atualmente o município de Guapimirim. Salientou que o nobre Edil estava defendendo seus interesses, assim como cada um dos Vereadores realmente precisava fazê-lo, no entanto, ratificou que ele, Ver. Fernando, não iria se cansar e o que pudesse fazer para provar, ele faria, e que chegaria até aquela Casa de Leis; portanto, Sua Excelência estaria ali para ser testemunha do que seria feito. **Continuando**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** disse que o Vereador Fernando estava de parabéns, porém não se tratava de um interesse particular seu, do Ver. Franklin, e, sim, deveriam preservar a população e trabalhar para o bem estar de todos. Apenas tinha ponderado o fato de a denúncia ser tardia, ou seja, faltando quatro meses para uma nova eleição. Assinalou, porém, que deveriam buscar a verdade, e que aquela Casa Legislativa iria criar uma Comissão para que a verdade fosse exposta. Em **aparte**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia** concordou com o Ver. Franklin, dizendo que seria um belo ato de Sua Excelência a criação de uma Comissão, a fim de que os fatos fossem apurados e o resultado, divulgado para toda a população de Guapimirim. Esclareceu que a sua atitude não se dera devido à proximidade das eleições, até porque ninguém ali sabia o que os aguardava no próximo dia o dia, já que o futuro pertencia a Deus, haja vista que se deitavam e não sabiam se iriam levantar. Explicou que muitas pessoas faziam muitos planos, e quando acordavam no outro dia não era mais nada daquilo que pensaram; então comunicou a Sua Excelência que aquele ato fora uma venda que havia sido retirada dos seus olhos. O ilustre Vereador falou que acreditava e continuava acreditando, mas quando ele vira certas situações acabara recuando, porque sabia o tamanho do problema que estava vindo em direção à Guapimirim. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o Ver. Franklin por suas palavras, confirmando a ação que acontecera naquela semana na Secretaria de Saúde, dentro do hospital no município, e ressaltou que confiava muito no Dr. Mário, como gestor e como médico, além de ser seu amigo. Disse que, na sua concepção, a indicação

do Dr. Mário para a Pasta tinha sido com o objetivo de evitar a fiscalização na Secretaria de Saúde, por parte daquele Parlamento. Todavia, afirmou que se aquela era a intenção Governo, mais uma vez ele se equivocara em seu posicionamento, pois apesar de o Dr. Mário ser amigo de todos e muito próximo aos pares daquela Casa, nenhum dos Vereadores iria se ausentar de sua função fiscalizadora. Em seguida, o ilustre Presidente disse que ficara feliz por ter conseguido internar o pai daquele amigo no hospital de Guapimirim, mas que ao mesmo tempo tinha sido com muita tristeza que recebera a notícia de que o seu amigo tivera de ir à farmácia comprar um remédio para medicar o seu pai, já que não havia o medicamento disponível no hospital público municipal. Enfatizou que tudo aquilo o entristecia muito, mas tinha fé em Deus que o Dr. Mário, assim como a Ver. Rizê quando assumira a Secretaria de Educação, pudesse igualmente transformar a Saúde do município. Sustentou, mais uma vez, que nenhum dos pares daquela Casa pensava de forma individual, mas, sim, coletivamente, que era o interesse maior; por tal motivo torcia para que a indicação do Dr. Mário desse certo, pois quem sairia ganhando era a população de Guapimirim. Dando continuidade, disse que muitas pessoas perderam a vida naquele hospital, como parentes e entes queridos, salientando que não queriam mais aquilo para o município. Assim sendo, parabenizava o Ver. Fernando pelo seu posicionamento, e compartilhava de sua opinião quando o mesmo dissera que não havia sido de forma tardia, porque nunca era tarde para estar cobrando das autoridades públicas. Ultimando, falou que a população também estava empenhada em desvendar os mal feitos do Governo, e o povo não estava mais de olhos fechados e aceitando a covardia promovida pelo poder público, que estava sendo revelada no âmbito Federal, Estadual e, atualmente, no Municipal. Assim, novamente parabenizou Sua Excelência pela iniciativa. Concluído o Expediente, deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.146/16**, de autoria do Vereador **Claudio Vicente Vilar**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **segunda** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.147/16**, de autoria do Vereador **Alcione Barbosa Tavares**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **primeira** discussão. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.148/16**, de autoria do Vereador **Claudio Vicente Vilar**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **primeira** discussão. Em pauta, **requerimento n.º 020/16**, de autoria do Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **requerimento** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram doze horas e quinze minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Franklin Adriano Pereira**, _____, Primeiro Secretário, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.